



Espaço Público e Conflitos Políticos: Das Disputas por Identidades e Territorialidades ao Muro de Brasília (2013-2016)

Jorge Antônio de Oliveira Júnior

Universidade de Brasília

Espaço Público e Conflitos Políticos: Das Disputas por Identidades e Territorialidades ao Muro de Brasília (2013–2016)

Resumo:

Este artigo analisa o espaço público brasileiro como território de disputas políticas, com foco nas manifestações ocorridas entre 2013 e 2016 e nas reconfigurações sociais e espaciais que provocaram. Ruas e praças, mais do que cenários, funcionam como arenas onde identidades políticas são formadas, visibilizadas e contestadas, mediadas por redes de interação que conectam sujeitos, territorialidades e repertórios estéticos. A análise de espaços como a Avenida Paulista, Copacabana, a Cinelândia e a Esplanada dos Ministérios evidenciam o entrelaçamento entre o estético e o político na produção dessas disputas. O percurso analítico culmina no exame do “muro de Brasília”, símbolo material e simbólico das estratégias de controle e neutralização do dissenso, que sintetiza os impasses enfrentados nas disputas pelo espaço público e pelas formas de visibilidade política no Brasil recente.

Palavras-chave: espaço público; disputas políticas; identidades políticas.

Espacio Público y Conflictos Políticos: De las Disputas por Identidades y Territorialidades al Muro de Brasilia (2013–2016)

Resumen:

Este artículo analiza el espacio público brasileño como territorio de disputas políticas, con enfoque en las manifestaciones ocurridas entre 2013 y 2016 y en las reconfiguraciones sociales y espaciales que provocaron. Calles y plazas, más que escenarios, funcionan como arenas donde las identidades políticas se forman, se visibilizan y se disputan, mediadas por redes de interacción que conectan sujetos, territorialidades y repertorios estéticos. El análisis de espacios como la Avenida Paulista, Copacabana, la Cinelândia y la Explanada de los Ministerios evidencia el entrelazamiento entre lo estético y lo político en la producción de estas disputas. El recorrido analítico culmina en el examen del “muro de Brasilia”, símbolo material y simbólico de las estrategias de control y neutralización del disenso, que sintetiza los impases enfrentados en la disputa por el espacio público y por la visibilidad política en el Brasil reciente.

Palabras clave: espacio público; disputas políticas; identidades políticas.

Public Space and Political Conflicts: From Disputes over Identities and Territorialities to the Brasília Wall (2013–2016)

Abstract:

This article analyzes Brazilian public space as a territory of political disputes, focusing on the protests that occurred between 2013 and 2016 and the resulting social and spatial reconfigurations. Streets and squares, more than mere backdrops, operate as arenas where political identities are formed, made visible, and contested, mediated by interaction networks that connect subjects, territorialities, and aesthetic repertoires. The analysis of spaces such as Avenida Paulista, Copacabana, Cinelândia, and the Esplanada dos Ministérios highlights the intertwining of aesthetics and politics in the production of urban disputes. The analytical trajectory culminates in an examination of the “Brasília Wall,” a material and symbolic representation of strategies aimed at controlling and neutralizing dissent, synthesizing the challenges faced in the struggle for public space and political visibility in recent Brazilian history.

Keywords: public space; political disputes; political identities.

Introdução

As manifestações políticas que ocuparam os espaços públicos brasileiros, na última década, colocaram em evidência a centralidade da cidade como arena de disputa simbólica, material e política. Longe de serem eventos episódicos ou isolados, essas mobilizações revelam como as práticas sociais e os conflitos urbanos se territorializam, acionando redes de interação que articulam sujeitos, acessibilidade, infraestrutura, historicidade e repertórios estéticos. O ciclo de protestos, iniciado em 2013, e seus desdobramentos nos anos seguintes, com destaque para os acontecimentos em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, exemplificam de forma contundente como os espaços públicos funcionam como catalisadores de conflitos e identidades políticas.

Essa leitura parte da compreensão de que o espaço urbano brasileiro, historicamente marcado por desigualdades e disputas pelo direito à cidade, passou a ser, nos últimos anos, um campo ainda mais visível de confrontos sociais e políticos. Como indicam autores como Massimo Cacciari (2010), Jacques Rancière (2009, 2018, 2021) e David Harvey (2005, 2008, 2015), a cidade é um território em constante reconfiguração, uma geografia de acontecimentos, onde se entrelaçam práticas culturais, reivindicações políticas e disputas pela visibilidade pública. As manifestações que emergiram a partir de 2013 escancaram essa dinâmica, trazendo à tona tanto demandas por justiça social e ampliação de direitos quanto o avanço de discursos conservadores que disputaram as mesmas ruas, praças e avenidas (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

Ao analisar os usos contrastantes da Avenida Paulista, da orla de Copacabana, da Cinelândia e da Esplanada dos Ministérios, este artigo busca evidenciar como a configuração física, simbólica e infraestrutural desses espaços condiciona as formas de ocupação, os repertórios estéticos e as estratégias de comunicação política adotadas por diferentes grupos sociais. Por meio dessa abordagem, pretende-se compreender como o espaço público, enquanto campo de disputas materiais e simbólicas, revela as tensões que atravessam a sociedade brasileira, e como determinadas escolhas espaciais ampliam ou limitam a visibilidade das pautas em disputa. Ao final, a análise destaca o emblemático “muro de Brasília”, expressão material e simbólica dos mecanismos de separação e neutralização dos conflitos políticos urbanos.

Espaços de eventos e redes de interação

A abordagem proposta neste trabalho não se concentra em cidades específicas nem busca generalizar uma ideia fixa ou um modelo universal de cidade. A complexidade e a diversidade das experiências urbanas tornam inviável reduzir as cidades a um padrão homogêneo. Por isso, neste contexto, entende-se a cidade como um espaço de eventos, ou seja, territórios onde as constantes disputas configuram redes dinâmicas de interação social, articuladas por lugares essenciais à habitabilidade e dispendiosos em relação aos deslocamentos, segundo Massimo Cacciari. De acordo com o autor:

Chamamos cidade a esta “área” por razões absolutamente ocasionais. Os seus limites não são mais que um mero artifício. O território pós-metropolitano é uma geografia de acontecimentos, uma ativação de ligações, que atravessam paisagens híbridas. O “limite” do espaço pós-metropolitano só é dado pela “fronteira” da rede de comunicações; à medida que a rede se alarga podemos dizer que estamos a “sair” da pós-metrópole, mas é evidente que se trata de uma “fronteira” *sui generis*: só existe para ser ultrapassada (CACCIARI, 2010, p. 54).

Por isso, a atenção recai sobre os espaços públicos e as oportunidades de interação que oferecem entre atores sociais e práticas culturais. Esses espaços funcionam como arenas dinâmicas, pontos nodais nas redes que estruturam a vida urbana e onde encontros, confrontos e colaborações moldam continuamente a esfera pública. Por sua própria essência, são cenários onde práticas sociais se materializam, oferecendo aos indivíduos, coletivos e movimentos sociais um ambiente para a expressão de identidades, demandas e aspirações.

A mediação nesses espaços, tanto física quanto simbólica, excede uma função meramente instrumental. Ela promove a circulação de ideias, valores e significados, articulada justamente por essas redes de interação que operam como infraestrutura relacional da cidade. Nesse contexto, a própria dimensão espacial se torna elemento ativo na negociação de valores e posições, ou, como propõe Jacques Rancière (2009), na partilha do sensível. Trata-se de um regime que organiza quem pode ver, ouvir, dizer e fazer, definindo o que se torna visível, audível e politicamente reconhecível na esfera pública (RANCIÈRE, 2009, p. 15). Essas redes de interação territorializam as inclusões e exclusões políticas, configurando os limites do possível e do impossível dentro de uma sociedade e revelando o entrelaçamento entre o estético e o político na configuração dos espaços urbanos.

Ao compreender a cidade como um local de constante produção e reprodução, essa perspectiva reforça como as interações sociais moldam a dinâmica urbana ao longo

do tempo. Exemplificar essas ações por meio de eventos específicos ajuda a esclarecer essas dinâmicas na prática, mas o foco permanece na compreensão mais ampla dos processos que dão forma à cidade enquanto construção contínua. Essa leitura está em sintonia com a abordagem de Massimo Cacciari (2010), para quem a cidade é produto das dinâmicas capitalistas em permanente reconfiguração — um processo em fluxo, atravessado por forças econômicas, sociais e culturais que, em conjunto, tecem as redes de interação que sustentam e reconfiguram o espaço urbano.

Espaço público como catalisador de conflitos e identidades políticas

A ocupação de espaços públicos tornou-se uma tática central em várias cidades brasileiras, tendo raízes em movimentos anteriores, ganhando uma força emblemática em 2013, e revelando desdobramentos mais perigosos e extremos nos anos seguintes. Esse movimento de ocupar o espaço, tanto nas pequenas e médias cidades quanto nos locais mais emblemáticos dos grandes ambientes urbanos, como a Avenida Paulista, em São Paulo, a orla de Copacabana, no Rio de Janeiro, ou a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, demonstra a importância do espaço físico como catalisador de práticas políticas.

Esses exemplos reforçam a ideia de que o espaço urbano é fundamental para a politização de identidades e para a formação de demandas coletivas. A cidade, enquanto lugar de encontro, além de acolher essas interações, se torna o próprio campo de disputa entre atores diversos. A proximidade com os centros de poder, a disponibilidade de estruturas de comunicação e transporte e a configuração de áreas abertas proporcionam tanto precariedades quanto oportunidades, a depender de cada espaço, para a ação coletiva (ver: Figuras 1 e 2). Por isso, os espaços urbanos funcionam tanto como facilitadores quanto como obstáculos para eventos políticos. Ao mesmo tempo que expõem as carências e desigualdades, esses espaços abrem possibilidades e funcionam como um campo de disputa entre interesses divergentes, revelando a cidade como um terreno dinâmico onde se manifestam tensões e possibilidades de transformação.

Em junho de 2013, as ruas assumiram um protagonismo inegável como o principal espaço de disputa política no Brasil. A mídia televisiva dedicou grande parte de sua cobertura aos protestos, que dominaram os principais centros urbanos. O dia 20 de junho marcou o ápice das manifestações naquele ano, quando mais de 1,25 milhão de pessoas tomaram as ruas em 388 cidades. Essa visibilidade midiática refletiu o papel central

das ruas como palco para o debate social e político, onde diferentes grupos expressavam suas insatisfações. O espaço público, neste contexto, tornou-se um campo fértil para múltiplas disputas.

Figura 1. Protestos conservadores como esse, em apoio a Bolsonaro, em 2021, preferem ocupar Copacabana, devido à visibilidade midiática proporcionada pela orla, um espaço amplamente associado ao turismo e ao lazer. Fonte: www.oglobo.globo.com (2021).



Figura 2. Manifestantes se reuniram na Cinelândia durante as manifestações do #EleNão, no Rio de Janeiro, em 2018. Fonte: www.psolcarioca.com.br (2018).



A ocupação de espaços como a Cinelândia, Copacabana ou a Esplanada dos Ministérios não é fruto do acaso, mas resultado de uma articulação complexa entre acessibilidade, visibilidade midiática, historicidade política e infraestrutura urbana. Locais com forte densidade simbólica, como a Cinelândia (cf. MARANHÃO, 2003), são preferidos por movimentos progressistas por carregarem uma memória histórica de mobilizações e resistência, oferecendo um ambiente propício à construção de narrativas identitárias. Por outro lado, espaços com maior fluxo turístico e visibilidade midiática, como a orla de Copacabana, tendem a ser escolhidos por manifestações de perfil conservador, que buscam maximizar o alcance visual e reforçar o apelo popular. A escolha do local também envolve questões logísticas, como facilidade de acesso por transporte público, disponibilidade de áreas amplas para concentração de pessoas e possibilidade de controle territorial durante os eventos.

As pautas que emergiram ao longo dos anos seguintes ilustram como essas escolhas espaciais acompanham a diversidade das agendas políticas. Em 2013, o “Não vai ter Copa” evidenciou críticas à gestão dos megaeventos esportivos; entre 2015 e 2016, o movimento “Fora Dilma” reuniu manifestações massivas exigindo o impeachment da ex-presidente; em 2018, o “#EleNão” se consolidou como um movimento feminista de oposição a Jair Bolsonaro, reafirmando o uso das ruas como espaço de resistência; e em 2019, o “Tsunâmi da Educação” mobilizou estudantes e profissionais da educação contra os cortes no setor. Paralelamente, as ruas também abrigaram manifestações artísticas de perfil conservador e pouco emancipatório, como a “dança do impeachment”, organizada pelo grupo “Consciência Patriótica”, que usava cores nacionais e slogans contra Dilma, Lula e o PT, reforçando discursos excludentes (BARIFOUSE, 2016). Ocupações como as “motociatas” pró-Bolsonaro e o ato “Bolsonaro, eu autorizo” exemplificam a apropriação do espaço urbano sob uma estética conservadora.

Essas escolhas espaciais, atravessadas por aspectos formais e infraestruturais dos lugares, influenciam diretamente a configuração das redes de interação urbana, moldando estratégias de comunicação, repertórios estéticos e formas de mobilização. A estrutura física dos espaços condiciona tanto a capacidade de reunião quanto a maneira como as manifestações serão percebidas e interpretadas socialmente. Nesse contexto de territorialização de conflitos e produção de sentidos, o “muro de Brasília” viria a sintetizar, de maneira emblemática, as divisões políticas e sociais do período.

Muro de Brasília: perspectivas

Para contextualizar, é necessário compreender que as manifestações, tanto a favor quanto contra o impeachment, à época, assemelhavam-se a desfiles, ainda que algumas tivessem maior amparo policial, por assim dizer. O que Eugênio Bucci (2016) observa é que as ruas conquistadas não eram territórios de disputa real, mas espaços que os manifestantes já possuíam simbolicamente. As manifestações de 15 de março de 2015 revelaram uma face inconfundível sobre esses eventos. Diferentemente de protestos que enfrentam resistência das autoridades, aquelas passeatas, protagonizadas por setores privilegiados da sociedade, não traziam qualquer tensão dramática. A relação amistosa entre policiais e manifestantes, vestidos de forma descontraída, assemelhava-se a uma confraternização corporativa, na qual as diferenças de hierarquia são temporariamente suspensas em um ambiente de camaradagem (BUCCI, 2016, p. 156–157). Esse cenário estava desprovido de uma verdadeira emoção política, uma vez que, embora se tratasse de uma passeata, não havia ali qualquer oposição efetiva às estruturas que ordenam o espaço público (ver: Figura 3).

Figura 3. Manifestantes tiram selfie com policiais do batalhão de choque em São Paulo, em março de 2015. Fonte: www.espacomilitar.com (2015).



Apesar da ausência de suspense ou emoção, essas manifestações tiveram um impacto decisivo, revelando o descontentamento da classe média com o governo de Dilma Rousseff e seu desejo devê-la afastada do Palácio da Alvorada. As manifestações pró-governo, como as ocorridas em 13 de março daquele ano, refletiam a mesma falta de

vitalidade. Segundo Bucci, "eram procissões de funcionários de camiseta vermelha, com ar de quem estava lá a trabalho, com coreografias burocráticas e oficialistas" (BUCCI, 2016, p. 157). O contraste entre a falta de espontaneidade das manifestações pró-governo e a apatia das manifestações pró-impeachment evidenciava que ambas careciam de algum poder de transformação efetiva.

O único fator que poderia ter injetado alguma tensão dramática, nessas mobilizações, seria o confronto direto entre os dois grupos, mas tal encontro foi impedido em todas as oportunidades nas quais poderia ocorrer. Esteticamente, as manifestações, de ambos os lados, eram desprovidas de inovação, o que indicava uma perda gradual de força desses movimentos. Essa percepção se intensificou com o fracasso de novos protestos, como o ato de 7 de setembro de 2015.¹

Entretanto, contrariando a aparente queda de engajamento nas manifestações, durante 2015, no dia 13 de março de 2016, o Brasil presenciou a maior manifestação de sua história, com 3,6 milhões de pessoas ecoando o grito "Fora Dilma". Esse evento marcou o início da queda inevitável da ex-presidente. Pouco tempo depois, no dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo de impeachment, em uma sessão transmitida ao vivo que transformou o plenário em um espetáculo midiático. De acordo com Bucci (2016, p. 159), "o espetáculo burlesco se instalava no plenário da Câmara dos Deputados, onde representantes do povo invocavam Deus a cada voto, elogiavam torturadores, soltavam confetes, se abraçavam, eufóricos, e usavam a bandeira nacional como echarpe ou como capa de Superman". Assim, no plenário, discursos inflamados e apelos religiosos tomaram o lugar da racionalidade política, transformando o processo em um verdadeiro palco de teatralidade pública.

Do lado de fora do Congresso, os manifestantes se reuniram em lados opostos, divididos por uma cerca erguida para evitar o contato físico entre os grupos (ver: Figura 4). O que se viu, em Brasília, no dia da votação do impeachment, ou golpe, dependendo de qual lado da cerca se estava, foi a pacificação dos corpos, onde o espaço público, que deveria ser um campo de embate de ideias, foi violentamente neutralizado. O muro, além de sua barreira física e simbólica, feriu a própria essência agonista do espaço público, que, como sugere Chantal Mouffe (2005), deve ser um local de confronto legítimo

¹ A título de comparação, as manifestações de março de 2015 chegaram a reunir, segundo os organizadores, um milhão de pessoas. Nos atos de 7 de setembro de 2015, foram 15 mil (G1 JORNAL NACIONAL, 2015).

e produtivo. Nesse contexto, enquanto os manifestantes expressavam suas posições políticas, o verdadeiro símbolo da divisão estava no muro que separava tanto os espaços físicos quanto as realidades sociais e políticas do Brasil.²

Figura 4. Grupos pró e contra o impeachment são separados por cercas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, 2016. Fonte: www.g1.globo.com (2016).



O muro, que não apenas separava fisicamente os manifestantes, incorporava algo muito mais profundo e complexo: a estratégia política de coalizão, o peemedebismo³ a que Marcos Nobre (2013, 2022) se refere. Este sistema, que articula as forças políticas em busca de manutenção do poder, não atua como um mediador neutro, mas sim

² A partir de 12 de maio de 2016, com o prosseguimento do processo de impeachment de Dilma Rousseff pelo Senado, as manifestações continuaram, mas oscilaram entre ações pontuais de resistência e fracassos em recuperar o ímpeto inicial. As manifestações em defesa de Dilma foram duramente reprimidas, com muita violência. A repressão sistemática ajudou a esvaziar esses protestos, minando sua capacidade de recuperar o ímpeto inicial. Enquanto os atos contrários ao governo ganhavam força, muitas vezes contando com uma narrativa midiática favorável, as manifestações pró-Dilma, enfrentando crescente hostilidade, foram sufocadas, revelando a fragmentação política e o desequilíbrio de forças na disputa pelas ruas e pelo imaginário social.

³ Esse termo, cunhado pelo autor, descreve o presidencialismo de coalizão que permitia a governos sucessivos, como os liderados pelo PT e PSDB, controlar uma vasta rede de apoio parlamentar por meio da distribuição de cargos e benesses a partidos menores, como o PMDB – atualmente MDB. (NOBRE, 2013, p. 8).

como um filtro que bloqueia os avanços democráticos, capitalizando em todas as esferas e gerindo o sistema político através de uma lógica de troca de favores e interesses privados. Tal como o muro, esse “centrão” serve como um freio aos avanços democráticos. Esse sistema dispõe-se a garantir a governabilidade a qualquer custo, mas esse custo, frequentemente, inclui a paralisia de reformas estruturais e a perpetuação de um sistema que favorece elites políticas e econômicas. Assim, o “muro”, em todas as suas vertentes, impede a mediação das forças polarizadas de forma a promover o diálogo democrático, mas mantém o *status quo* em benefício de quem detém o poder, lucrando com as divisões e a inércia política.

Contudo, ao revisitar esse momento, a pergunta que emerge é: será que os dois lados do muro, naquele dia, buscavam, no fundo, objetivos similares, mas expressados de formas diferentes? A divisão refletida nos atos, com um lado clamando pela saída do PT e o outro defendendo as instituições, pode sugerir que ambos os grupos desejavam mudanças no sistema, mas com finalidades aparentemente opostas. De um lado, o ódio ao PT — alimentado por anos de desgaste político e escândalos de corrupção — canalizava a frustração popular, enquanto o outro apelava à defesa das instituições democráticas, que, paradoxalmente, também estavam corrompidas pela mesma lógica do peemedebismo. Ambos os grupos, de certa forma, se viam traídos pelo sistema político, mas cada qual expressava sua indignação de maneira distinta, sem perceber que o verdadeiro obstáculo aos avanços democráticos não era o partido no poder, mas o sistema que garantia a perpetuação das elites e do controle centralizado das decisões.

No entanto, o perigo dessa interpretação reside em igualar as duas forças políticas sem considerar as diferenças históricas e contextuais que cada uma representa. Naquele momento, os manifestantes pró-impeachment não se viam como conservadores, mas como agentes disruptivos, lutando por uma mudança que acreditavam ser necessária para “salvar” o país. Entretanto, essa retórica, embora aparentemente revolucionária, acabou por reforçar os interesses das elites, mantendo os privilégios e o controle sobre o sistema político intactos. Do outro lado, os manifestantes pró-Dilma, que direta ou indiretamente reforçavam o apoio ao PT, defendiam um partido que, apesar de suas contradições e de sua aliança com o presidencialismo de coalizão, ainda mantinha como foco principal as políticas sociais e, em menor medida, avanços em áreas como cultura e educação. Assim, igualar essas duas visões corre o risco de abrir espaço para o tão almejado “caminho do meio” que a direita utiliza como solução retórica para neutralizar a esquerda, preservando os privilégios que o Centrão historicamente defende.

Assim, as manifestações de 2015 e 2016 deixaram marcas duradouras no cenário político brasileiro, consolidando as cidades como espaços de disputa e expressão de forças

sociais. Essas mobilizações, independentemente de sua substância, revelam as tensões sociais latentes e mostram como o espaço público se transforma em palco de batalhas simbólicas e materiais. O impacto dessas manifestações continua a influenciar as dinâmicas políticas do país, reafirmando o poder das ruas como arenas de confronto e contestação de poder.

Conclusão

Considerar o espaço público como catalisador de conflitos e identidades políticas, como se buscou demonstrar neste artigo, significa reconhecer que os eventos urbanos, longe de se configurarem como episódios isolados, materializam disputas mais amplas por reconhecimento, visibilidade e legitimidade na esfera pública. A análise dos diferentes usos da Cinelândia, de Copacabana e da Esplanada dos Ministérios, por exemplo, evidenciou como as escolhas espaciais não ocorrem de forma aleatória, mas são atravessadas por redes de interação que articulam infraestrutura, acessibilidade, historicidade e estratégias de comunicação política.

Reforçar a dimensão agonística dos espaços urbanos exige, portanto, uma ação articulada entre movimentos sociais, pesquisadores, legisladores e órgãos de controle, de modo a transformar as ruas em arenas efetivas de disputa democrática. O enfrentamento dessa questão passa não apenas pela defesa formal de direitos, mas por uma reconfiguração das práticas de gestão urbana, das abordagens de segurança pública e das formas de planejamento espacial. Criar condições que assegurem o acesso equitativo aos espaços mais simbólicos da cidade, rever protocolos que restringem a circulação e a ocupação de determinados territórios e garantir que o direito à visibilidade não seja privilégio de alguns grupos são caminhos possíveis para enfrentar as assimetrias evidenciadas nas disputas urbanas recentes.

Avançar nesse sentido significa, portanto, reconhecer que o direito à manifestação é um elemento estruturante da democracia e que sua garantia depende da superação de dispositivos materiais e institucionais que, como o próprio “muro de Brasília”, insistem em separar, silenciar e desmobilizar os conflitos legítimos que atravessam a sociedade brasileira.

Referências

- BARFOUSE, Rafael. **Criadores da “dança do impeachment” rebatem críticas:** “Música une pessoas no combate a comunismo e corrupção”. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311_danca_impeachment_rb . Acesso em: 10 out. 2024.
- BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos:** Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CACCIARI, Massimo. **A cidade.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili SL, 2010.
- G1 JORNAL NACIONAL. **Feriado de 7 de Setembro é marcado por desfiles e protestos no Brasil.** 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/feriado-de-7-de-setembro-e-marcado-por-desfiles-e-protestos-no-brasil.html> . Acesso em: 25 out. 2024.
- HARVEY, David. **The New Imperialism.** New York, US: OUP Oxford, 2005.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MARANHÃO, Ricardo. **Cinelândia:** retorno ao fascínio do passado. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2003.
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, [S. I.], n. 25, p. 11–23, 2005. DOI: 10.1590/S0104-44782005000200003.
- NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento:** Da abertura democrática ao governo Dilma. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOBRE, Marcos. **Limites da democracia:** De junho de 2013 ao governo Bolsonaro. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível:** Estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento.** São Paulo: Editora 34, 2018.
- RANCIÈRE, Jacques. **Tempos modernos:** Arte, tempo, política. São Paulo: n-1 Edições, 2021.
- TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, [S. I.], v. 25, p. 63–96, 2019. DOI: 10.1590/1807-0191201925163.

Recebido em: 20/11/2024

Aceito em: 21/11/2025

DOI: 10.9771/ppgaufauffba.v14i0.71149

Como citar: OLIVEIRA JÚNIOR, Jorge Antônio de. Espaço Público e Conflitos Políticos: Das Disputas por Identidades e Territorialidades ao Muro de Brasília (2013–2016). **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 14, n. 2, p. 123-136, 2025.